



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE TENTÚGAL

RELATÓRIO E CONTAS 2022





Índice

➤ Órgãos Sociais	2
➤ Síntese Histórica.....	3
➤ Irmandade.....	4
➤ Missão, Visão e Valores.....	5
➤ Atividades e Respostas Sociais / Serviços Prestados.....	6
➤ Recursos Humanos a 31 de dezembro de 2022.....	9
➤ Análise Económico-Financeira.....	10
➤ Dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira e à Segurança Social	14
➤ Proposta de Aplicação de Resultados.....	14
➤ Mensagem da Senhora Provedora.....	15
➤ Demonstrações Financeiras.....	17



Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais em exercício foram eleitos em reunião ordinária da Assembleia Geral de Irmãos, a 18 de dezembro de 2022, para o quadriénio de 2023-2026.

A Tomada de Posse dos Órgãos Sociais realizou-se a 22 de janeiro de 2023.

Os órgãos diretivos não usufruem de qualquer remuneração.

Estes têm a seguinte composição:

Mesa da Assembleia Geral:

Presidente: António Gonçalves Honório Monteiro

Vice-Presidente: João Pedro Faria Rama

Secretário: Euclides da Cunha Santiago de Almeida

Mesa Administrativa:

Provedora: Maria de Lourdes Salgado da Costa Santiago

Vice-Provedora: Eduarda Chaves Pinto Gaspar

Secretário: Carlos Gomes Tubarão

Tesoureiro: José Carlos Rama Maia

Vogal: António Ângelo Fernandes Monteiro

Suplente: António Manuel Gaspar Machado

Suplente: Marta Sofia Nobre Nunes

Suplente: Joana Rita Branco Mendes



Conselho Fiscal:

Presidente: Ercílio Jorge Tubarão Mendes

Vice-Presidente: António dos Santos Gaspar

Secretária: Maria José dos Santos Saraiva de Sousa

Suplente: Maria Helena da Silva Maia

Suplente: Armando Craveiro Ferreira

Suplente: Marco Alexandre Paiva Anselmo

Síntese Histórica

No séc. XVI, Tentúgal era sem dúvida uma das terras mais promissoras do vale do Mondego, pois tinha grande densidade populacional e grande desenvolvimento socioeconómico e cultural. Na época, já existia uma Confraria medieval, de S. Pedro e S. Domingos, para prestar assistência médica aos mais pobres.

Esta Confraria medieval era sustentada pelos que tinham terras de cultivo e, portanto, mais poder económico. Mas no séc. XV e XVI houve peste e maus anos agrícolas, o que originou grandes fomes e grande mortandade. Em consequência, aquela Confraria entrou em colapso económico e paralisou. Então, os nobres aqui residentes solicitaram, ao Rei D. Sebastião, o privilégio de se criar aqui uma Misericórdia para socorro dos mais desfavorecidos.

Entretanto, o jovem Rei morreu sem deixar descendentes, o que originou uma grave crise política, com guerra entre os pretendentes à coroa do Reino de Portugal. Por esse motivo, só em 1583 é que D. Filipe II de Espanha, recém aclamado Rei de Portugal, extinguiu a Confraria de S. Pedro e S. Domingos e instituiu em Tentúgal uma Misericórdia.

Na década de oitenta o Sr. Pe José Gonçalves em conjunto com alguns elementos da Irmandade e o apoio da Cáritas Diocesana, revitalizaram a Misericórdia criando os serviços de Centro de Dia e de Apoio Domiciliário,



dando assim assistência à população idosa da freguesia de Tentugal e lugares limítrofes. Já no final do séc. XX, a Misericórdia recebeu, por doação de Adrião Forjaz de Sampaio, o edifício do antigo Solar da família Viegas de Moraes para aí instalar a Valência de Lar.

Hoje a Misericórdia de Tentugal continua a prestar apoio à Anciania e a todos os que precisam de ajuda e é uma mais valia no tecido organizacional de Tentugal, pois é uma pequena organização que garante emprego a cerca de vinte e cinco colaboradoras e dá suporte e apoio às famílias que pedem ajuda para garantir o bem-estar dos seus Idosos.

Irmandade

À data da elaboração do presente documento, a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Tentugal é constituída por 156 Irmãos/ãs.

Missão, Visão e Valores

Missão

- A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Tentugal tem como propósito a prática das Catorze Obras de Misericórdia, tanto corporais como espirituais, visando o serviço e apoio com solidariedade a todos os que precisam. A Instituição pretende dar uma resposta eficiente e veloz nas respostas sociais que a constituem.

Visão

- Ser uma Instituição integrada na comunidade, de excelência na promoção dos serviços prestados nas várias respostas sociais de intervenção, aliada a outros parceiros sociais.

Valores

- Solidariedade
- Ética
- Igualdade
- Responsabilidade
- Respeito
- Profissionalismo e Rigor



Atividades e Respostas Sociais / Serviços Prestados

A **ERPI** constitui uma resposta social desenvolvida em alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, em que são desenvolvidas atividades de apoio social e prestados cuidados de enfermagem. Tem por missão ser uma “casa de família” dos seus utentes, que, necessitam de assistência e apoio, contribuindo para a estabilização, autonomia ou estimulação do envelhecimento ativo e integração social.

Serviços Prestados em ERPI:

- Alojamento;
- Alimentação – Pequeno-Almoço, Almoço, Lanche, Jantar e Ceia;
- Higiene Pessoal;
- Conforto Pessoal;
- Tratamento de Roupas;
- Acompanhamento ao Exterior;
- Apoio/Acompanhamento Psicossocial;
- Acompanhamento Médico;
- Cuidados de Enfermagem;
- Terapia Ocupacional e Animação

Esta resposta social tem 25 lugares comparticipados pela Segurança Social.

Centro de Dia é a resposta social destinada a pessoas idosas de ambos os sexos que proporciona, em horário diurno, um conjunto diversificado de serviços e atividades de desenvolvimento pessoal, tendentes ao bem-estar do utente e ao seu equilíbrio emocional e físico e de apoio à respetiva família. A missão desta resposta social obedece a uma estratégia de respeito pelos imperativos legais em vigor e pelos direitos do Utente como pessoa, e enquanto ser biopsicossocial e espiritual dotado de dignidade e direitos, cuja relação assenta num compromisso com a qualidade e os mais elevados padrões éticos.

Serviços Prestados em Centro de Dia:

- Pequeno-Almoço, Almoço e Lanche;
- Higiene Pessoal;



- Tratamento de Roupas;
- Acompanhamento ao Exterior;
- Apoio/Acompanhamento Psicossocial;
- Acompanhamento Médico;
- Cuidados de Enfermagem;
- Terapia Ocupacional.

Esta resposta social tem 17 lugares comparticipados pela Segurança Social.

O **SAD** é uma resposta social, que consiste na prestação de cuidados e serviços individualizados e personalizados no domicílio das pessoas quando, por motivo de doença, deficiência, idade, ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente a satisfação das suas necessidades básicas e/ou atividades da vida diária. A missão desta resposta social obedece a uma estratégia de respeito pelos imperativos legais em vigor e pelos direitos do Utente como pessoa, e enquanto ser biopsicossocial e espiritual dotado de dignidade e direitos, cuja relação assenta num compromisso com a qualidade e os mais elevados padrões éticos.

Serviços Prestados em Apoio Domiciliário:

- Confeção e Distribuição de Refeições – (Pequeno-Almoço, Almoço);
- Higiene Pessoal;
- Higiene Habitacional;
- Tratamento de Roupas;
- Apoio/Acompanhamento Psicossocial;
- Atividades Socioculturais.

Esta resposta social tem 10 lugares comparticipados pela Segurança Social.

Cantina Social

O serviço de Cantina Social está inserido num programa de Rede Solidária das Cantinas Sociais e constitui-se como uma resposta de intervenção no âmbito do Programa de Emergência Alimentar, que é coordenado pela Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho.

A Cantina Social assegura uma refeição diária que é levada pelo beneficiário, para consumo no domicílio.



Aos beneficiários deste apoio é sempre efetuado um estudo socioeconómico e familiar, através de uma intervenção social direta junto de cada família/individuo por parte da Direção Técnica da Santa Casa da Misericórdia de Tentúgal.

Loja Social

A Instituição desenvolve um projecto designado por Loja Social, no sentido de criar condições que favoreçam o bem-estar da população local, nomeadamente, nas categorias sociais mais vulneráveis em situação de pobreza e exclusão social.

Este projeto funciona com troca de bens entre os utilizadores.

Parque de Ajudas Técnicas

Este projeto visa melhorar a qualidade de vida da população idosa e de pessoas com necessidades especiais, residentes na freguesia de Tentúgal e concelho de Montemor-o-Velho.

Tem como objetivo preservar a autonomia e ligação aos espaços que lhes são necessários, pondo à sua disposição equipamento capaz de promover o estatuto do deficiente.

POAPMC – Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas

O POAPMC consiste na distribuição de géneros alimentares às pessoas mais carenciadas, por organizações parceiras, bem como o desenvolvimento de medidas de acompanhamento com vista à inclusão social daquelas.

A SCMT constituiu-se como entidade parceira da Santa Casa de Montemor o Velho neste programa.



Recursos Humanos a 31 de dezembro de 2022

A Santa Casa da Misericórdia de Tentugal crê que os recursos humanos são o fator fundamental para a qualidade dos serviços prestados.

Tem-se como objetivos, promover o desenvolvimento e formação, assim como reforçar o nível de motivação e desempenho dos recursos humanos.

Gráfico 1: Recursos Humanos





ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

No exercício económico em análise, a Santa Casa da Misericórdia de Tentúgal realizou um total de Rendimentos no valor de 531.161,10€ e de Gastos no valor de 504.399,28€, terminando o exercício de 2022 com um resultado líquido positivo de 26.761,82€.

Na rubrica **Prestações de Serviços**, conta 72, verifica-se um aumento de 6.346,03€, comparativamente ao exercício de 2021, representando uma melhoria de 2,5%.

Para este crescimento contribuíram as respostas sociais de ERPI, SAD e a atividade de Cantina Social, contrariamente à resposta de Centro de Dia, que desde o início da pandemia Covid-19, tem vindo a diminuir drasticamente os níveis de frequências.

Os **Subsídios, doações e legados à exploração**, conta 75, foi registado um aumento de 5.901,12€ que, apesar das atualizações nas participações e apoios extraordinários concedidos, no âmbito dos Acordos de Cooperação, o aumento global desta conta não é significativo. De referir que no ano de 2022 a Segurança Social deixou de participar a resposta social de Centro de dia pela sua totalidade, como ocorreu no ano anterior. Nesta conta estão também reconhecidos os valores concedidos pela Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, no apoio ao associativismo, subsídios do IEFP nomeadamente nos apoios Ativar. PT e Emprego-Inserção.

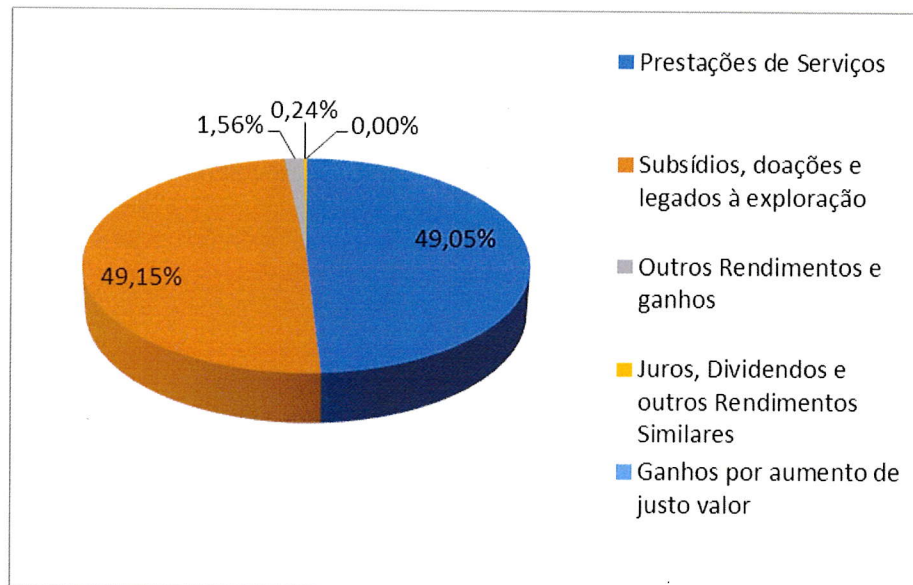
Foi também concedida em 2022 uma compensação para o aumento do Salário Mínimo Nacional, através da entidade IAPMEI- Agência para a Competitividade e Inovação, IP.

São também reconhecidos nesta conta os donativos em dinheiro e em espécie e um subsídio de funeral. Neste ano de 2022 recebeu-se a doação em dinheiro de um falecido utente.

A rubrica **Outros Rendimentos**, conta 78, teve uma diminuição no valor de 10.571,08€ em relação ao ano anterior. Verifica-se esta diferença principalmente porque no ano de 2021 ocorreu a venda de património, nos termos determinados pela Assembleia Geral, havendo assim impacto das mais-valias realizadas. Em 2021 houve também correções positivas de participações da Segurança Social, referente a anos anteriores.

Relativamente aos **Juros e rendimentos similares obtidos**, estes aumentaram em 579,19€ de 2021 para 2022.

Gráfico 2 – Rendimentos 2022



A respeito dos Gastos, os **Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas**, conta 61, aumentaram 4.312,22€. Este aumento deve-se principalmente ao impacto da guerra na Ucrânia.

Na rubrica **Fornecimentos e serviços externos**, conta 62, ocorreu um aumento no valor de 9.196,33€ de 2021 para 2022.

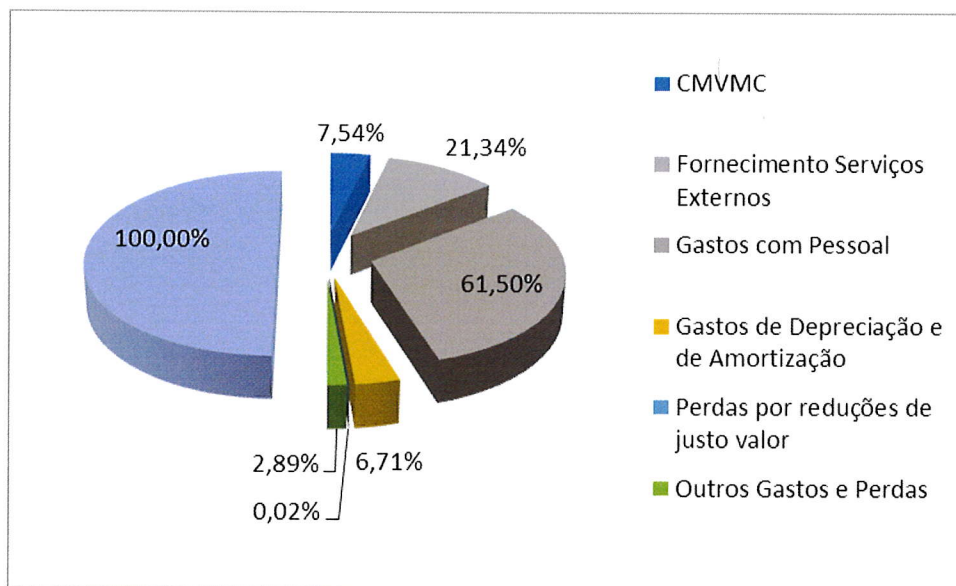
Os **Gastos com Pessoal**, conta 63, tiveram um aumento de 40.557,81€ (15,04%), devido ao aumento do Salário Mínimo Nacional (SMN), que teve uma atualização comparativamente com o ano 2021, passando de seiscentos e sessenta e cinco euros (665€) para setecentos e cinco euros (705€). Esta atualização implicou também, apesar de uma forma cautelosa, atualizações em outras carreiras.

Quanto aos **Gastos/reversões de depreciação e amortização**, conta 64, houve uma diminuição de 5.003,06€, comparativamente com o ano anterior.

Perdas por reduções de justo valor, conta 66, o valor reconhecido diz respeito à desvalorização dos Fundos de Compensação do Trabalho.

Quanto aos **Outros gastos**, conta 68, registou-se um aumento de 10.477,44€, o que contribuiu também para o crescimento dos gastos comparativamente com o ano anterior. Deve-se sobretudo a correções de participações de anos anteriores, por parte da Segurança Social, em especial na resposta social de Centro de Dia.

Gráfico 3 – Gastos 2022



Os resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos foram de 59.314,02€, face a 122.306,52€ em 2021.

Os resultados operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos) foram de 25.472,66€ em 2022 e de 83.462,10€ em 2021.

O resultado líquido do período de 2022 é positivo em 26.761,82€ e em 2021 foi positivo de 84.172,07€.



Gráfico 4 – Gastos 2021/2022

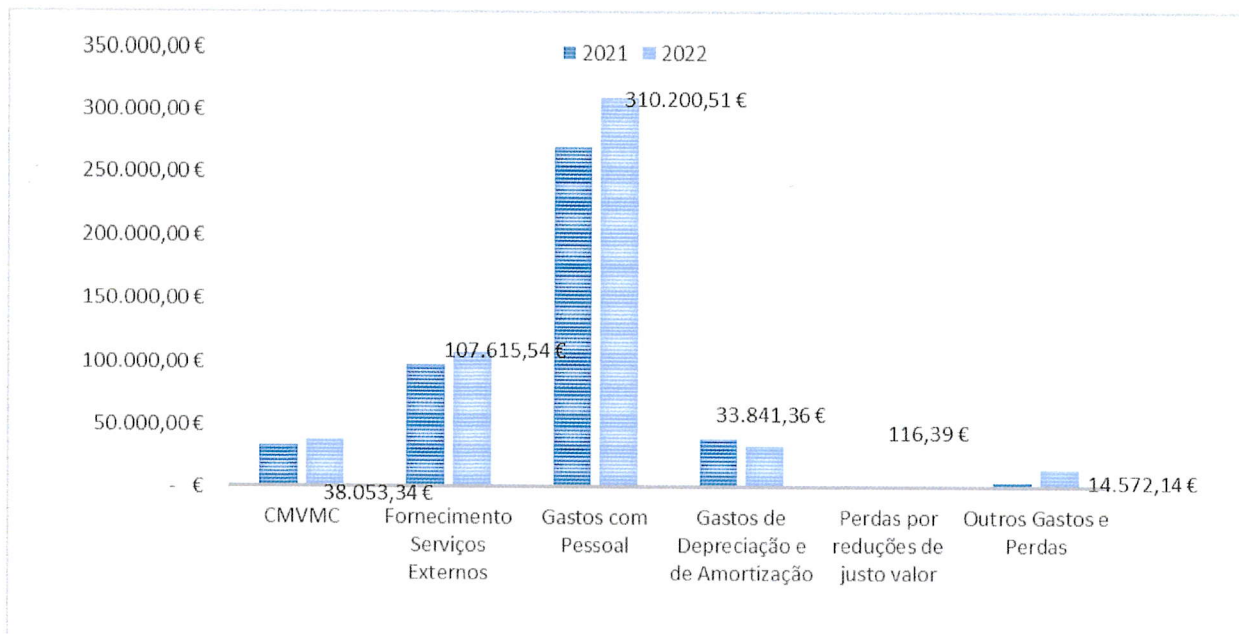
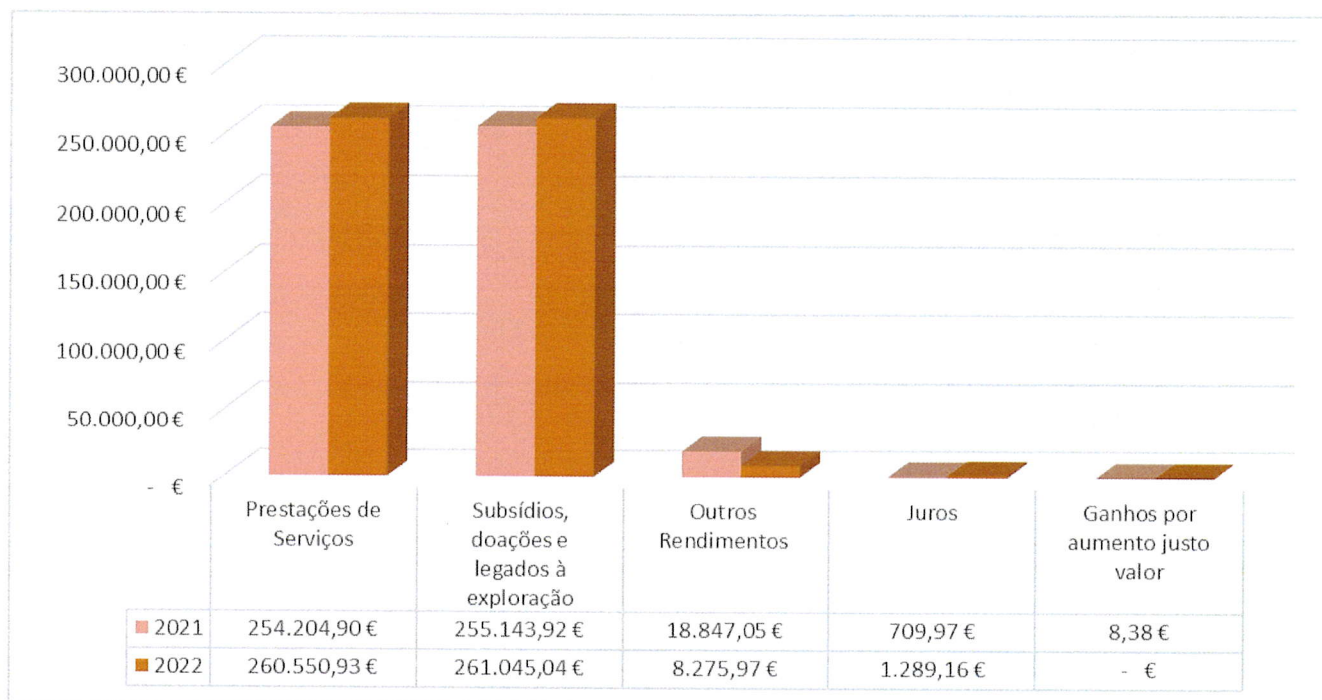


Gráfico 5 – Rendimentos 2021/2022





Dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira e à Segurança Social

A Santa Casa da Misericórdia de Tentugal não tem em mora qualquer dívida à Autoridade Tributária e Aduaneira, à Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas ou privadas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com as demonstrações financeiras apresentadas para o período de 2022, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Tentugal propõe que o resultado líquido positivo de 26.761,82€, seja transferido para a conta 56 – Resultados Transitados

MENSAGEM DA SENHORA PROVEDORA



Nesta primeira reunião do quadriénio de 2023 a 2026, a Provedora saúda todos os Irmãos em Misericórdia e presta o seu agradecimento a todos os que se dignaram acompanhá-la nesta nova caminhada até 2026.

Estamos hoje aqui, para analisar as contas da gestão do ano económico de 2022 da Provedoria anterior. Mas todos sabemos que 2022 foi mais um ano em que a conjuntura política e económica provocada pela pandemia e também pela guerra na Ucrânia, justificam as dificuldades financeiras pelas quais todas as Misericórdias têm passado. No último ano houve aumento generalizado dos preços de bens essenciais e também do Salário Mínimo Nacional e ao mesmo tempo nota-se que há empobrecimento das famílias e dificuldade em pagar as despesas com os seus idosos. Por isso é imperativo que o Estado clarifique o seu papel na área social, para que as Misericórdias possam continuar a praticar o descrito nas Obras de Misericórdia, protegendo todos os que se encontrem em situação de vulnerabilidade.



Mas apesar das dificuldades económicas, os Órgãos Sociais da Misericórdia reafirmam hoje, que neste novo quadriénio vão continuar a honrar o Compromisso desta Irmandade e os princípios que norteiam qualquer Misericórdia e que são a nossa MISSÃO, prestando, criando e desenvolvendo serviços na área social, adequados às necessidades das pessoas. Queremos também promover a solidariedade e a dignidade humana, cumprindo e fazendo cumprir as catorze Obras de Misericórdia, à luz da moderna doutrina social da Igreja.

Desejamos ter VISÃO suficiente para elaborar projetos, que permitam transformar esta Santa Casa numa Instituição de referência, pela qualidade dos seus serviços. Além disso, vamos continuar a desenvolver os VALORES de Justiça, Ética, Solidariedade, Equidade e Qualidade.

Deste modo daremos continuidade ao projeto iniciado em 2019, para fazer crescer a nossa Misericórdia, que esteve parada no tempo durante muitos anos e por isso não foram aproveitadas medidas que proporcionaram progresso a outras Misericórdias. Agora, a atual conjuntura de aumento de preços e atualizações salariais, representam um acréscimo de custos que arrasa a sustentabilidade e a viabilidade financeira desta Santa Casa e por isso temos que ser resilientes e ter fé no futuro, unindo o esforço e a dedicação de todos, mais concretamente dos colaboradores, dos Irmãos, dos utentes e de toda a comunidade em geral. Não podemos esquecer, que a Mesa Administrativa é apenas uma parte da equipe que constitui a Misericórdia, cujo elo passa também pelos trabalhadores, utentes e suas famílias e termina no Irmão em Misericórdia. Cada um de nós é uma peça importante, mas só teremos sucesso se formos unidos pelo bem e pelo progresso da nossa Misericórdia.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Santa Casa da Misericórdia de Tentugal
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte : 501431764
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2022	31 DEZ 2021
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.2.2 e 5	656.680,78	588.650,48
Bens do património histórico e artístico e cultural	3.2.3 e 5	175.230,00	175.230,00
Ativos intangíveis	3.2.5 e 6	106,61	0,00
Investimentos financeiros	3.2.6 e 17.1	1.425,31	933,26
		833.442,70	764.813,74
Activo corrente			
Inventários	3.2.7 e 9	1.260,70	1.499,73
Créditos a receber	17.3	60.029,34	92.384,96
Estado e outros entes públicos	17.9	13.247,58	20.329,68
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17.2	736,00	420,00
Diferimentos	17.5	2.727,66	3.872,87
Caixa e depósitos bancários	17.6	389.609,95	361.298,36
		467.611,23	479.805,60
Total do ativo		1.301.053,93	1.244.619,34
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Resultados transitados	17.7	632.327,72	548.155,65
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	17.7	564.173,42	564.963,88
		1.196.501,14	1.113.119,53
Resultado líquido do período		26.761,82	84.172,07
Total dos fundos patrimoniais		1.223.262,96	1.197.291,60
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	17.8	11.612,23	7.111,06
Estado e outros entes públicos	17.9	7.584,65	5.177,89
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos	17.5	13.592,66	768,19
Outros passivos correntes	17.10	45.001,43	34.270,60
		77.790,97	47.327,74
Total do passivo		77.790,97	47.327,74
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.301.053,93	1.244.619,34



Santa Casa da Misericórdia de Tentugal

Contribuinte : 501431764

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2.022	2.021
Vendas e serviços prestados	10	260.550,93	254.204,90
Subsídios, doações e legados à exploração	12 e 17.11	261.045,04	255.143,92
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-38.053,34	-33.741,12
Fornecimentos e serviços externos	17.12	-107.615,54	-98.419,21
Gastos com o pessoal	15	-310.200,51	-269.642,70
Aumentos/reduções de justo valor	17.13	-116,39	8,38
Outros rendimentos	17.14	8.275,97	18.847,05
Outros gastos	17.15	-14.572,14	-4.094,70
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e		59.314,02	122.306,52
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	-33.841,36	-38.844,42
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e		25.472,66	83.462,10
Juros e rendimentos similares obtidos	17.16	1.289,16	709,97
Resultados antes de impostos		26.761,82	84.172,07
Resultado líquido do período		26.761,82	84.172,07



Santa Casa da Misericórdia de Tentugal
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		260.126,41	256.532,79
Pagamentos a fornecedores		-154.467,54	-140.976,73
Pagamentos ao pessoal		-208.441,57	-192.068,09
Caixa gerada pelas operações		-102.782,70	-76.512,03
Outros recebimentos/pagamentos		195.643,14	219.586,15
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		92.860,44	143.074,12
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-100.253,49	-221.545,43
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	5.000,00
Subsídios ao investimento		34.415,48	140.948,18
Juros e rendimentos similares		1.289,16	709,97
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-64.548,85	-74.887,28
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		28.311,59	68.186,84
Efeito das diferenças de câmbio			
		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período			
		361.298,36	293.111,52
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
		389.609,95	361.298,36

Mesa Administrativa

(Tentugal, 27/03/2023)

Roberto Santiago
Eduardo B. P. Soares

Conselho Fiscal

(Tentugal, 27/03/2023)

Alameda
Alpa

Assembleia Geral

(Tentugal, 31/03/2023)

Paulo

Contabilista Certificada*Estela Riment*

Santa Casa da Misericórdia de Tentúgal

Anexo

Março de 2023

Este time

Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	5
3	Principais Políticas Contabilísticas	5
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	12
5	Ativos Fixos Tangíveis	12
6	Ativos Intangíveis	14
7	Locações	15
8	Custos de Empréstimos Obtidos	15
9	Inventários	15
10	Rédito	16
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	16
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	16
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	17
14	Imposto sobre o Rendimento	17
15	Benefícios dos empregados	17
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	18
17	Outras Informações	18
17.1	Investimentos Financeiros	18
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	18
17.3	Créditos a receber	19
17.4	Outros ativos correntes	19
17.5	Diferimentos	19
17.6	Caixa e Depósitos Bancários	20
17.7	Fundos Patrimoniais	20
17.8	Fornecedores	20
17.9	Estado e Outros Entes Públicos	21
17.10	Outros passivos correntes	21
17.11	Subsídios, doações e legados à exploração	21
17.12	Fornecimentos e serviços externos	22
17.13	Aumentos/reduções justo valor	22
17.14	Outros rendimentos	22

RBS
[Handwritten signature]
Est. Financeira

17.15 Outros gastos	23
17.16 Resultados Financeiros	23
17.16 Acontecimentos após data de Balanço	24



Este fimado

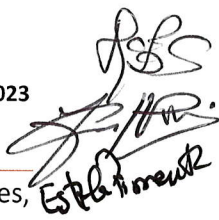
1 Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Tentúgal é uma Instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Irmandade, com sede em Rua Dr. Armando Gonsalves, nº83, 3140-574 Tentúgal, concelho de Montemor-o-Velho e com o NIPC 501431764.

Está registada como Instituição Particular de Solidariedade Social na Direção Geral da Segurança Social, no Livro nº 1 das Irmandades da Misericórdia, sob o nº 3/85, a fls. 187 verso e 188. Nos termos e para os efeitos do disposto no nº2 do artigo 26º da Portaria nº 139/2007, de 29 de janeiro, a Direção-geral da Segurança Social procedeu à promoção da publicação do registo definitivo de alteração dos estatutos desta Instituição. E em conformidade com o disposto no Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei nº172-A/2014, de 14 de novembro e pela Lei nº76/2015, de 28 de julho que alteram o Decreto-lei nº119/83, de 25 de fevereiro e no Regulamento do Registo das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pela Portaria nº139/2007, de 29 de janeiro. O registo foi lavrado pelo averbamento nº2, à inscrição nº3/85, a fls. 187 verso e 188 do Livro nº1 das Irmandades da Misericórdia e considera-se efetuado em 12/09/2017.

A Instituição tem como atividade prosseguir os objetivos definidos no nº1, do artigo 3º do seu Compromisso:

- “Apoio à infância e juventude, designadamente a crianças e jovens em perigo;
- Apoio às pessoas idosas, às pessoas com deficiência e incapacidade, às pessoas em situação de necessidade ou de dependência, sem-abrigo e a vítimas de violência doméstica;
- Apoio à família e comunidade em geral;
- Apoio à integração social e comunitária;
- Promoção da saúde, prevenção da doença e prestação de cuidados na perspetiva curativa, de reabilitação e reintegração, designadamente através da criação, exploração e manutenção de hospitais, unidades de cuidados continuados e paliativos, serviços de diagnóstico e terapêutica, cuidados primários de saúde e tratamentos de doenças do foro mental ou psiquiátrico e de demências, bem como aquisição e fornecimento de medicamentos e assistência medicamentosa;
- Salvaguarda e defesa do património cultural e artístico, material e imaterial, religioso ou não;
- Promoção da educação, da formação profissional e da igualdade de homens e mulheres;
- Habitação e turismo social;



Está em anexo

- Empreendedorismo e outras respostas e serviços não incluídos nas alíneas precedentes, desde que enquadráveis no âmbito da economia social, isto é, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos e para a sustentabilidade da instituição;
- Atividade agrícola.”

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, com as alterações contempladas pelo Decreto-Lei nº98/2015 de 2 de junho. O Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF);
- Código de Contas (CC);
- NCRF-ESNL; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de janeiro de 2011.

3 Principais Políticas Contabilísticas

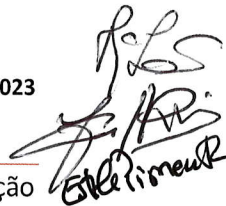
As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este



pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes

3.1.4 Materialidade e Agregação:

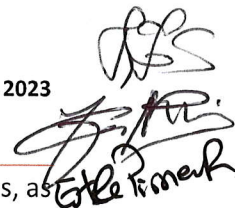
A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo



do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

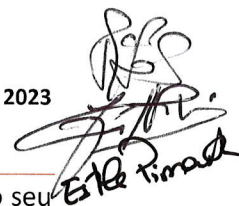
Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.



Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados pelo seu Valor Patrimonial Tributário.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	20-50
Equipamento básico	10-8-7-5-4
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	8-7-5-3
Outros Ativos fixos tangíveis	8-7-5

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

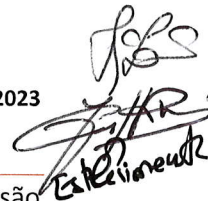
3.2.3 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua



Handwritten signature and stamp, possibly reading 'Estimativa'.

vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.4 Propriedades de Investimento

Não aplicável

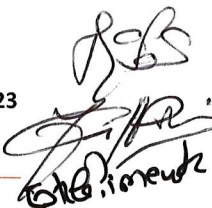
3.2.5 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	
Outros Ativos Intangíveis	



RBS
RBS
RBS

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.6 Investimentos financeiros

Os Investimentos Financeiros encontram-se valorizados ao custo de aquisição.

3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao custo de aquisição, acrescido de despesas associadas.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out).

Os bens doados encontram-se valorizados ao justo valor.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção de:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:

- Alterações no risco segurado;
- Alterações na taxa de câmbio;
- Entrada em incumprimento de uma das partes;
- Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como

resultado:

- Alterações no preço do bem locado;
- Alterações na taxa de câmbio; e



- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a receber e outros ativos correntes

Os “créditos a receber” e os “Outros ativos correntes” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das possíveis Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;

- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.10 Provisões

Não aplicável.

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Não aplicável.

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

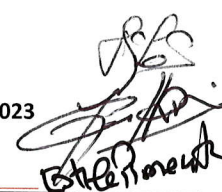
Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						



Terrenos e recursos naturais	120 085,71	2 254,74	99,56			122 240,89
Edifícios e outras construções	690 465,59	22 017,43				712 483,02
Equipamento básico	176 511,20	1 178,55				177 689,75
Equipamento de transporte	84 738,33					84 738,33
Equipamento administrativo	33 693,96	3 553,62				37 247,58
Outros Ativos fixos tangíveis	13 871,35					13 871,35
Total	1 119 366,14	29 004,34	99,56	0,00	0,00	1 148 270,92
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	502 243,08	31 089,58				533 332,66
Equipamento básico	158 495,30	5 812,39				164 307,69
Equipamento de transporte	84 738,33					84 738,33
Equipamento administrativo	32 471,61	1 161,14				33 632,75
Outros Ativos fixos tangíveis	10 328,55	781,31				11 109,86
Total	788 276,87	38 844,42	0,00	0,00	0,00	827 121,29

Bens do patrimônio, histórico, artístico e cultural

Descrição	2021					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo	0,00					
Bens Imóveis	175 230,00					175 230,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	175 230,00	0,00	0,00	0,00	0,00	175 230,00

Descrição	2022					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	122 240,89					122 240,89
Edifícios e outras construções	712 483,02					712 483,02
Equipamento básico	177 689,75	1 184,21				178 873,96
Equipamento de transporte	84 738,33					84 738,33
Equipamento administrativo	37 247,58	5 383,74				42 631,32
Outros Ativos fixos tangíveis	13 871,35	676,28				14 547,63
Total	1 148 270,92	7 244,23	0,00	0,00	0,00	1 155 515,15
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	533 332,66	26 468,06				559 800,72
Equipamento básico	164 307,69	4 807,00				169 114,69
Equipamento de transporte	84 738,33					84 738,33
Equipamento administrativo	33 632,75	1 651,58				35 284,33
Outros Ativos fixos tangíveis	11 109,86	861,43				11 971,29
Total	827 121,29	33 788,07	0,00	0,00	0,00	860 909,36

Bens do património, histórico, artístico e cultural

Descrição	2022					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					
Bens Imóveis	175 230,00					175 230,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	175 230,00	0,00	0,00	0,00	0,00	175 230,00

Existem obras em curso no valor de 362.074,99€.

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2021

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	4.454,12					4.454,12
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	0,00					0,00
Total	4 454,12	0,00	0,00	0,00	0,00	4.454,12
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	4 454,12					4 454,12
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	0,00					0,00
Total	4 454,12	0,00	0,00	0,00	0,00	4 454,12

2022

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	4.454,12	159,90				4 614,02
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	0,00					0,00
Total	4 454,12	159,90	0,00	0,00	0,00	4 614,02
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	4 454,12	53,29				4 507,41
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	0,00					0,00
Total	4 454,12	53,29	0,00	0,00	0,00	4 507,41

7 Locações

Não aplicável.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Não aplicável

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2022 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2021				2022		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	539,63	34 701,22	0,00	1 499,73	37 814,31	0,00	1 260,70
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	539,63	34 701,22	0,00	1 499,73	37 814,31	0,00	1 260,70

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				33 741,12			38 053,34
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

10 Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	255 733,93	251 142,40
Quotas e jóias	1 872,00	1 460,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Serviços secundários	2 945,00	1 602,50
Total	260 550,93	254 204,90

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não aplicável.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios, doações e legados à exploração:

Descrição	2022	2021
Subsídios das Entidades Públicas		
ISS, IP – CENTRO DISTRITAL	209 230,64	212 623,00
AUTARQUIAS	3 718,00	4 807,00
OUTROS (IEFP)	14 250,17	20 007,68
POISE	0,00	0,00
Outros	1 008,00	253,50
Apoios do Governo		
Outros	0,00	0,00
Doações e Heranças		
Donativos em dinheiro	4 768,75	13 881,41
Donativos em espécie	2 679,08	3 571,33
Doações	25 390,40	0,00
Total	261 045,04	255 143,92

Nesta rúbrica encontram-se reconhecidos os valores dos projetos POAPMC/PAC.

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável

14 Imposto sobre o Rendimento

Não aplicável.

15 Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos, nos períodos de 2022 e 2021, foram constituídos por 4 e 5 membros, respetivamente, da Mesa Administrativa, 4, do Conselho Fiscal e 3 membros da Assembleia Geral.

A Mesa Administrativa em 2021 era constituída pela Provedora: Maria de Lourdes Salgado da Costa Santiago, Vice-Provedora: Eduarda Chaves Pinto Gaspar, o Secretário: António Ângelo Fernandes Monteiro, Tesoureiro: José Carlos Rama Maia, e o Vogal: Fernando Nunes Gaspar.

Em 2022 o Vogal Fernando Nunes Gaspar saiu.

O Conselho Fiscal em 2021 era constituído pelo Presidente: Carlos Gomes Tubarão, Vice-Presidente: Marco Alexandre Paiva Anselmo, Secretária: Maria José Santos Saraiva de Sousa, Suplentes: António Santos Gaspar.

Em 2022 mantiveram-se os membros do Conselho Fiscal.

A Mesa da Assembleia Geral em 2021 era constituída pelo Presidente: António Gonçalves Honório Monteiro, Vice-Presidente: João Pedro Faria Rama e Secretário: Euclides da Cunha Santiago de Almeida.

Em 2022 mantiveram-se os membros da Mesa da Assembleia Geral.

Os órgãos diretivos não usufruem de qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2022 foi de 23 e em 31/12/2021 foi de 18.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações ao pessoal	227 405,57	207 344,99
Remunerações adicionais	14 624,89	13 208,11
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	8 883,93	0,00
Encargos sobre as Remunerações	53 415,03	43 307,93
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	3 519,41	3 726,92
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	2 351,68	2 054,75
Total	310 200,51	269 642,70

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

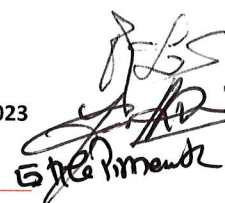
Descrição	2022	2021
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	1 425,31	933,26
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	1 425,31	933,26

Os Investimentos Financeiros dizem respeito aos Fundos de Compensação do Trabalho.

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	736,00	420,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00



Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	736,00	420,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.3 Créditos a receber

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Cientes e Utentes c/c		
Cientes	0,00	0,00
Utentes	6 046,37	5 386,12
Cientes e Utentes títulos a receber		
Cientes		
Utentes	0,00	0,00
Cientes e Utentes factoring		
Cientes		
Utentes		
Cientes e Utentes cobrança duvidosa		
Cientes		
Utentes	11 589,94	13 482,98
Outros Devedores	42 311,93	73 515,86
Adiantamentos a fornecedores	81,10	0,00
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Total	60 029,34	92 384,96

17.4 Outros ativos correntes

Não aplicável.

17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” (ativo e passivo) englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a Reconhecer		
Seguros	2 420,88	2 750,04
Rendas e Alugueres	171,59	377,49
Trabalhos especializados	0,00	170,48
Comunicações	50,35	48,33

Limpeza, higiene e conforto	84,84	51,33
Outras despesas	0,00	475,20
Total	2 727,66	3 872,87
Rendimentos a Reconhecer		
IEFP	0,00	0,00
FEAC - POAPMC	34,15	768,19
Seg. Social – Apoio Extraordinário 22/23	13 558,51	0,00
Total	13 592,66	768,19

Foram diferidos os montantes recebidos relativos ao ano de 2023 (comparticipação extraordinária 2023 + antecipação de 4,2% da atualização de 5% estipulada para 2023).

17.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Caixa	597,88	1 002,98
Depósitos à ordem	160 294,34	142 836,39
Depósitos a prazo	228 717,73	217 458,99
Outros	0,00	0,00
Total	389 609,95	361 298,36

17.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	548 155,65	84 172,07	0,00	632 327,72
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	564 963,88	0,00	-790,46	564 173,42
Total	1 113 119,53	84 172,07	-790,46	1 196 501,14

17.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	11 612,23	7 111,06
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	11 612,23	7 111,06

17.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	13 247,58	20 329,68
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	13 247,58	20 329,68
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1 285,95	789,00
Segurança Social	6 229,44	4 361,74
Outros Impostos e Taxas	69,26	27,15
Total	7 584,65	5 177,89

17.10 Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		45 001,43		34 230,17
Outros credores		0,00		40,43
Total	0,00	45 001,43	0,00	34 270,60

17.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e outros entes públicos	228 206,81	237 691,18
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	0,00	0,00
Donativos	7 447,83	17 452,74
Legados/Doações	25 390,40	0,00
Total	261 045,04	255 143,92

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	29 899,65	35 657,85
Materiais	6 993,55	7 051,74
Energia e fluidos	39 960,00	30 785,35
Deslocações, estadas e transportes	55,25	52,90
Serviços diversos	27 958,86	24 489,53
Outros	2 748,23	381,84
Total	107 615,54	98 419,21

17.13 Aumentos/reduções de justo valor

Descrição	2022	2021
Aumentos/reduções de justo valor	(116,39)	8,38
Total	(116,39)	8,38

Este valor diz respeito à valorização do saldo dos Fundos de Compensação de Trabalho.

17.14 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares	1 142,51	890,84
Descontos de pronto pagamento obtidos	69,17	68,99
Recuperação de dívidas a receber	0,00	669,62
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	4 900,44
Outros rendimentos	7 064,29	12 317,16
Total	8 275,97	18 847,05

17.15 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	281,00	718,18
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	314,50
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	1,37	2,43
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	14 289,77	3 059,59
Total	14 572,14	4 094,70

17.16 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1 289,16	709,97
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total		
Resultados Financeiros	1 289,16	709,97

17.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

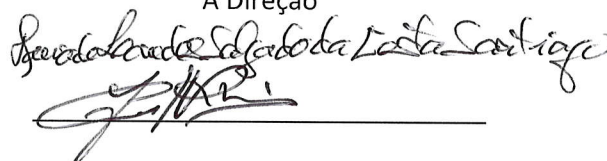
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Tentúgal, 27 de março de 2023.

A Contabilista Certificada


Estêvão Sabino António Pimentel

A Direção


Direção